



Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA - IPREV/CIAR

128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e dez minutos, de forma híbrida, realizou-se a centésima vigésima oitava Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IPREV-DF, instituído pela Portaria IPREV-DF nº 72/2023 como órgão responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Distrito Federal. A reunião foi coordenada pela Diretora Presidente do Iprev-DF, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, Analista Previdenciário, secretariamos a sessão, que contou com a participação dos seguintes Membros Representantes do IPREV-DF: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Paulo Henrique de Sousa Ferreira, Thiago Mendes Rodrigues e Ramon Estevão Cordeiro Lima, e os seguintes Representantes do Governo: Marco Antônio Lima Lincoln, representante da Secretaria de Estado de Economia do DF e Márcio Augusto Almeida Ferreira, representante da Casa Civil do DF. E na condição de convidados: A Sra. Georgia Daphne Sobreira Gomes, representante da Câmara Legislativa do DF; o Diretor Jurídico do IPREV, Sr. Luiz Gustavo Muglia e o Chefe da Unidade de Controladoria, Sr. Márcio E. de M. Aquino. Registre-se que o material compilado apresentado na presente reunião foi encaminhado previamente ao Comitê e inserido no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21. Havendo quórum legal, a reunião foi declarada aberta pela Coordenadora do Comitê, que, após a leitura da Convocatória, passou para o primeiro item da pauta: **Item I – Apresentação da Conjuntura Econômica (janeiro/2025)**. Com a palavra, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento, Sr. Ramon Lima, que trouxe informações sobre o Cenário Macroeconômico Internacional, informando sobre a Decisão de Juros – FED, enfatizando que a decisão de juros dos EUA, que estava pagando acima de 5% (cinco por cento) durante 2024, estava pautando todos os outros ativos pelo mundo. Em seguida, trouxe dados da inflação americana, do mês de dezembro (2,9% em 12 meses), o que, para os EUA ainda era uma inflação alta e preocupante. Esclareceu, também, que a eleição do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afetava o cenário, visto que seu modelo expansionista poderia tornar a inflação ainda maior. Apresentou também informações sobre os Títulos Públicos Americanos, as taxas de juros dos EUA e da Zona do Euro, informando que os Títulos Públicos Americanos Futuros começavam a subir, destacando que, ainda que tenha estabilizado nas últimas semanas, permaneciam altos para uma economia como a dos Estados Unidos. Em seguida, apresentou um quadro, com dados da CME FEDWATCH TOOL, que demonstrava a probabilidade de baixa da Taxa de Juros, a partir de maio/2025, enfatizando que, caso ocorresse, de fato, essa queda, haveria repercussão em todos os mercados. Prosseguindo, informou que o S&P 500 terminou o ano em 5.881 (cinco mil oitocentos e oitenta e um pontos) e estava acima dos 6000 (seis mil) pontos agora. Prosseguiu, então, discorrendo sobre o Cenário Macroeconômico Nacional, apresentando o Boletim Focus – relatório semanal elaborado pelo Banco Central, demonstrando informações sobre a variação do IPCA, PIB, Câmbio e Selic. Sobre a inflação, informou que estava em alta, e que havia uma perspectiva de que houvesse ainda mais altas, o que, segundo ele, negativava o cenário, e terminou o ano com o acumulado de 4,83% (quatro inteiros e oitenta e três centésimos). Sobre SELIC, a expectativa do mercado é de 15% (quinze por cento) no final de 2025. Demonstrou as NTN-B's, explicando que os Títulos Públicos estavam com taxas altas. Seguidamente, solicitando a palavra, o Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Rodrigues, que apresentou um aspecto conceitual sobre a situação dos títulos, mencionando que o gráfico em questão ilustrava os vencimentos de títulos do ano anterior, contexto no qual houve um aumento da taxa. Enfatizou que o aumento da parte dos juros era exponencial,

assim como seu efeito no valor dos títulos. Ponderou que, embora o cenário atual fosse favorável para novos investidores, a situação era desfavorável para quem já havia investido anteriormente, como no caso da instituição, resultando na necessidade de ajuste da carteira para baixo. Apontou que este foi o grande desafio enfrentado ao longo do ano de 2024. Em seguida, novamente com a palavra, Ramon apresentou o Ibovespa x Capital Externo. Durante sua fala, apresentou a última atualização do mercado, com foco no Ibovespa, que havia atingido a marca de cento e trinta e cinco mil pontos entre agosto e setembro, o recorde do índice. Explicou, no entanto, posteriormente, que o Ibovespa havia começado a cair, com investidores desmontando posições, chegando a cento e vinte mil pontos no final de 2024. Atualmente, o índice estava em cento e vinte e sete mil pontos, impulsionado pela notícia do Banco Central e a afirmação do Presidente sobre o apoio a Gabriel Galípolo, o que havia levado o mercado a interpretar positivamente a autonomia do Banco Central para atuar na economia. Ramon ponderou que, embora o Ibovespa pudesse parecer barato, a tendência era de alta, uma vez que quem desmontava posições já o havia feito, porém não havia clareza sobre quando essa alta ocorreria. A incerteza residiria na manutenção da Selic em patamar elevado até 2026, o que dificultava o pagamento de dívidas referenciadas em CDI pelas empresas. Ressaltou, ainda, que o Ibovespa poderia permanecer em baixa por um tempo considerável, até que a Selic retornasse a patamares inferiores a dez por cento. Observou que o capital externo estava influenciando o desempenho da bolsa, com altas expressivas nos meses de entrada de capital estrangeiro e quedas nos meses de manutenção ou desmontagem de posições. Por fim, mencionou que a renda fixa no Brasil, com pagamentos na casa de treze vírgula vinte e cinco por cento na SELIC, também era um fator a ser considerado. Ele informou que as posições da instituição foram desmontadas em agosto, setembro e outubro, aproveitando a alta do Ibovespa, o que contribuiu para diminuir a volatilidade da carteira. Em **Relatório de Investimentos referente a dezembro/2024, item II** da pauta, o o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento apresentou os resultados dos investimentos do Fundo Solidário Garantidor, informando o valor do Fundo que era de R\$ 4.127.315.759,28 (Quatro bilhões, cento e vinte e sete milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos), a rentabilidade do mês, que foi negativa em R\$ 24.483.554,32 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e os rendimentos acumulados de R\$ 135.993.070,57 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e três mil, setenta reais e cinquenta e sete centavos). Demonstrou o peso dos *benchmarks* de investimentos Alocação Dinâmica, FIE, FII, FIP, IBOVESPA, IBX, IDIV, IDKA-IPCA 2A, IMA-B5, MULTIMERCADOS e Título Público a mercado. Fez um comparativo das posições de janeiro a dezembro, informando que foram desmontadas as posições de Títulos Públicos a mercado e Ibovespa durante o ano, e aumentaram-se as posições em CDI, IRF-M1 e alocação dinâmica, de forma a aproveitar a alta da SELIC e a renda variável quando estava em alta. Demonstrou, em seguida, a distribuição da carteira, os Benchmarks e a Liquidez. Por segmentos, informou que a renda fixa representava a maior parte da carteira, representando 85,43% (oitenta e cinco vírgula quarenta e três por cento). Em relação à liquidez, informou que a maior parte era alta ou muito alta e, ao Risco de Mercado, informou que não havia nenhum Fundo de Investimento com Risco alto ou muito alto. Informou, em seguida, as operações realizadas em novembro, que foram: 1) Resgate de 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) da CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP e aplicação da importância no ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI. 2) Resgate de 2.714.502,91 (dois milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e dois reais e noventa e um centavos) do BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO e aplicação da importância no PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIP MULTIESTRATÉGIA, por chamada de capital. 3) Resgate de 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA e aplicação dessa importância na CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA. Sobre os mandatos autorizados para dezembro, houve a Realocação de 30 milhões do IRF-M/IRF-M1 para CDI / FIE / BDR, correspondendo, portanto, a uma execução de 60% do que fora autorizado. Sobre a distribuição da carteira por Gestor, Administrador, Distribuidor e Custodiante, apresentou um quadro detalhado, informando que não houve nenhuma grande mudança. Demonstrou, em seguida, a Meta, a rentabilidade nominal, o índice e o valor acumulado do Fundo: Meta do mês do FSG 0,61% (sessenta e um centésimos por cento), e rentabilidade no mês de -0,59% (menos cinquenta e nove centésimos por cento), com meta acumulada de R\$ 6% (seis por cento), contra a rentabilidade acumulada de 3,41% (três por cento e quarenta e um centésimos). A rentabilidade nominal estava em R\$ 136.124.370,57 (cento e trinta e seis milhões, cento e vinte e quatro mil, trezentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), graças aos esforços do CIAR, além do fluxo do Fundo Solidário Garantidor durante o ano, alertando sobre a baixa do patrimônio líquido decorrente ao resgate de R\$ 242

milhões de superávit financeiro. Em seguida, sobre o Fundo Capitalizado, apresentou seu montante total, os rendimentos do mês e o acumulado, que foram, respectivamente, 1.381.233.597,90 (um bilhão, trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa centavos), R\$ 8.872.898,80 (oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) e R\$ 108.610.619,63 (cento e oito milhões, seiscentos e dez mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta e três centavos). Demonstrou que a maior rentabilidade do fundo veio dos títulos públicos e portanto houve uma maior exposição a esse ativo, saindo de 42%(quarenta e dois por cento) em janeiro e indo para 71% (setenta e um por cento). Informou então, que, por segmento, não havia alterações relevantes e que cerca de 92% (noventa e dois por cento) da carteira era composta por renda fixa. Prosseguindo, apresentou a distribuição de Benchmarks e a liquidez, sobre a qual destacou a permanência em níveis considerados altos, ou muito altos. Quanto ao risco, destacou que não havia nenhum fundo de investimento com risco alto ou muito alto. Quanto às determinações do Comitê para o mês de dezembro, apresentou a operação realizada, que foi: resgate de R\$ 46.800.000,00 (quarenta e seis milhões oitocentos mil reais) do fundo BRB Capital FIC Renda Fixa LP para o fundo BB fluxo FIC RF Simples; Resgate de R\$ 46.265.467,68 (quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos) para a compra de 11.600 Títulos Públicos Federais com vencimento em 2045 na curva; Resgate de R\$ 798.383,21 (setecentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos) do fundo BB Fluxo FIC RF Simples para a chamada de capital do fundo Pátria Infraestrutura V Advisory FIP Multiestratégia. Das determinações para dezembro executou-se a saída do CDI/IMA-B 5/IDKA-IPCA2A/Crédito Privado/ Alocação dinâmica para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2049, equivalendo a uma execução de 46,27% (quarenta e seis vírgula vinte e sete por cento), do limite autorizado pelo Comitê. Em seguida, sobre a distribuição da carteira por Gestor, por Administrador, por Distribuidor e por Custodiante, apresentou um quadro detalhado, informando que não houve nenhuma grande mudança. Demonstrou, em seguida, a Meta, a rentabilidade nominal, o índice e valor acumulado do Fundo: Meta do mês do FC 0,52 %, rentabilidade no mês de 0,67%, com a meta acumulada de 10,07% e rentabilidade acumulada de 10,84%. A rentabilidade nominal estava em R\$ 108.610.619,63 (cento e oito milhões, seiscentos e dez mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta e três centavos). Para o Fundo Financeiro, houve rentabilidade nominal de R\$ 6.376.516,20 (seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte centavos); para o Fundo Administrativo (taxa de administração), houve rentabilidade nominal de R\$ 17.154,90 (dezesete mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa centavos). Seguidamente, o Sr. Thiago demonstrou um quadro com os ativos enquadráveis para o cumprimento da Resolução CNM 4963. O valor total apresentado, dos ativos foi de R\$ 6.181.302.561,09 (seis bilhões, cento e oitenta e um milhões, trezentos e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e nove centavos). Em seguida, Ramon apresentou, para validação, um mandato executado em Janeiro/2025, esclarecendo que havia uma decisão, do grupo, de que para a venda de Títulos Públicos Federais com vencimentos longos (2045 a 2055), era preciso demonstrar o retorno positivo e posterior validação do Comitê. Sendo assim, explicou que houve a venda de 3 (três) lotes de Títulos Públicos, com retorno de 12,22%, 6,52% e 5,82%, aproximadamente, com aplicação no DI Bradesco Premium Rep Limitada Renda Fixa Referenciado DI. Esclareceu que conforme o estudo da Diretoria de Investimentos, a taxa de aquisição, descontada a taxa de venda (R\$ 150.729.706,00, valor aproximado) e os cupons pagos (R\$ 25.885.369,72), houve o retorno líquido de R\$ 14.799.951,23 (quatorze milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos), para o Fundo Solidário Garantidor. Deveria o CIAR decidir sobre a manutenção do recurso aplicado no fundo de investimento em DI, ou sobre a realocação. Após discussões, a decisão do Comitê foi pela manutenção e validação da operação. Em seguida, solicitando a palavra, o Membro do CIAR, Sr. Marco Antônio Lincoln, ao lembrar da estratégia de encurtamento dos títulos públicos federais, especificamente aqueles com vencimentos entre 2045 e 2055, com o objetivo de concentrá-los em vencimentos até 2028, totalizando R\$ 40 milhões, solicitou à Diretoria de Investimentos que apresentasse sua avaliação sobre a adequação da referida estratégia, tendo em vista o cenário de alta da taxa Selic observado desde o final do ano anterior. O membro questionou se a manutenção da estratégia de encurtamento dos títulos públicos federais permanecia atrativa diante do aumento da Taxa. Em resposta, Ramon destacou que a taxa Selic, embora apresentasse um ganho real próximo a 10% no início de 2024, não possuía tal projeção no período de aquisição dos títulos públicos, a partir de março. Explicou que a expectativa era de que a Selic se mantivesse em patamares inferiores, com uma inflação na casa de 3,5% a 4%. Diante desse cenário, a aquisição de títulos públicos indexados à inflação representava uma estratégia coerente, oferecendo um ganho real atrativo, segundo ele. O Chefe da Assessoria Especial de Investimentos esclareceu que a

estratégia de manter os títulos com vencimento em 2028 até o vencimento foi adotada em função da taxa de aquisição considerada vantajosa. No que se referia à venda de fevereiro, informou que a proposta de alienação de Títulos Públicos de longo prazo para títulos de menor prazo, com vencimento em 2028, visava justamente aumentar a liquidez da carteira. Passou-se, então, para o item **III – Apresentação e deliberação da Estratégia de Investimentos para fevereiro/2025**. Para os Mandatos do FSG, as estratégias apresentadas foram I) Realocação de Alocação Dinâmica para CDI / FIE / BDR Realocação de R\$100 milhões; II) Realocação de IBOVESPA/IBX/IDIV para CDI / FIE / BDR Realocação de R\$ 90 milhões; III) Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 250 milhões; IV) Aplicação no DI do valor a receber de cupons. Para os mandatos do FC, as estratégias apresentadas foram: I) Realocação de CDI para FIE/BDR/Multimercado Realocação de R\$10 milhões; II) Realocação de CDI/Crédito Privado/Alocação dinâmica para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$80 milhões e III) IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/IRF-M1 – Realocação de R\$15 milhões; IV) Recompra de título público do valor a receber de cupons . Finalizando a apresentação, o Sr. Ramon devolveu a palavra à Sra. Raquel, que encaminhou as estratégias apresentadas de cada um dos Fundos para votação. Após discussões, e tendo sido esclarecidas todas as dúvidas dos Membros presentes, todas as Estratégias foram aprovadas, por unanimidade. Seguidamente, em pauta o **item IV: Definição de Gestão ao Fundo FII SIA Corporate**. Sobre o tema, a Coordenadora do Comitê esclareceu que, desde novembro, a administração do Fundo reunia-se com o administrador, para discutir a preocupação com a falta de um gestor para o fundo. Segundo ela, a situação gerava insegurança e dificultava a busca por interessados na locação dos imóveis. Diante disso, a Sra. Raquel solicitou que a equipe técnica do Instituto esclarecesse sobre as abordagens e discussões realizadas com o administrador do fundo, bem como sobre as perspectivas para a gestão do mesmo. Com a palavra, o Diretor de Investimentos, Sr. Thiago, explicou que houve a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), por um cotista. Contextualizando a situação, informou que a AGE foi convocada para definir o Gestor do fundo, que não possuía nenhum, sendo o BRB o administrador. Mencionou que a gestão do fundo poderia ser, portanto, questionável e não atendia às expectativas de alguns cotistas. Esclareceu que na AGE foram apresentadas propostas de diferentes gestores, incluindo a Kinea, do Grupo Itaú, e a Graphen Investimentos. Após análise das propostas, que incluíam diferentes taxas de gestão e administração, a Graphen fora eleita como nova gestora do fundo, tendo aceitado a proposta de taxa de gestão de 0,5% ao ano e taxa de administração de 0,3% ao ano, com condições de provisionamento. Thiago destacou, por fim, que a escolha da Graphen considerou as melhores condições apresentadas, especialmente no que se referia ao esforço de gestão para a locação dos imóveis, uma vez que o empreendimento já existia. Em seguida, finalizando sua participação, devolveu a palavra à Coordenadora do Comitê. Não havendo **Informes Gerais**, nem quaisquer outros assuntos a tratar, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, na qualidade de Analista Previdenciário, atuante na Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21, para ser assinada eletronicamente pelos Membros presentes na reunião e publicada sítio oficial do IPREV-DF.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr.0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 24/02/2025, às 15:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO AUGUSTO ALMEIDA FERREIRA - Matr.1715949-0, Membro do Comitê de Análise de Risco suplente**, em 24/02/2025, às 16:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0283987-3, Diretor(a)-Presidente**, em 25/02/2025, às 10:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN - Matr.0046341-8, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 25/02/2025, às 13:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAMON ESTEVÃO CORDEIRO LIMA - Matr.0273315-3, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 25/02/2025, às 16:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA - Matr.0271291-1, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 26/02/2025, às 08:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=164091591)
verificador= **164091591** código CRC= **B5D52A4A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS QUADRA 09 EDIFÍCIO PARQUE CIDADE CORPORATE - TORRE B - 1º ANDAR - Bairro Asa Sul - CEP -
Telefone(s):
Site - www.iprev.df.gov.br
